

# ANTIGUIDADE, TRADIÇÃO CLÁSSICA E EXTREMA DIREITA: IDENTIDADE E O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL

## ANTIQUITY, CLASSICAL TRADITION AND THE FAR- RIGHT: IDENTITY AND THE PLACE OF ANCIENT HISTORY TEACHING

Bruno Santrovitsch da Silva<sup>27</sup>  
Thamiris das Graças Pereira<sup>28</sup>

Artigo recebido em 15 de março de 2024  
Artigo aceito em 31 de julho de 2024

**Resumo:** Este artigo busca contribuir na discussão quanto aos usos da Antiguidade Clássica pelos movimentos de Extrema Direita passando por sua relação com o uso da História Antiga para a construção de uma 'identidade ocidental'. O artigo também aborda uma reflexão quanto às possibilidades e desafios postos por este processo na questão do lugar do ensino da História Antiga com uma ênfase na Antiguidade Clássica.

**Palavra-chave:** Antiguidade Clássica. Ensino de História. Extrema Direita. História Antiga. Usos do passado.

**Abstract:** This essay seeks to contribute to the discussion regarding the use of Classical Antiquity by Far-Right radical movements through its relation to the use of Ancient History for the formation of a 'western identity'. The essay also delves into a reflection regarding the potentialities and challenges that this process presents to the question of the place of Ancient History with an emphasis on Classical Antiquity.

<sup>27</sup> Historiador e professor de História egresso da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Recém-admitido ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: bruno.santrovitsch@gmail.com. ORCID iD: 0009-0001-1879-3059.

<sup>28</sup> Professora e mestra em Ciências Ambientais pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), atua como consultora das Escolas Integrais da Rede Estadual na Secretaria de Educação da Paraíba (SEE-PB). E-mail: thamirisgracas@gmail.com. ORCID iD: 0009-0008-8015-251X.

**Keyword:** Ancient History. Classical Antiquity. Far Right. History Teaching. Uses of the past.

Atualmente a História Antiga passa por um momento de críticas constantes que pautam sua reformulação, sendo a situação especialmente aguda nos estudos da Antiguidade Clássica. O fato deste campo se encontrar em uma “encruzilhada” não é algo circunscrito ao Brasil, mas notado por distintos autores dentro e fora do país (DA SILVA, 2017; PAPPAS, 2020; VLASSOPOULOS, 2018). O momento presente tem sido caracterizado por um processo de virada epistêmica, também chamado de virada pós-colonial, com o advento de diversas correntes associadas com o que se convencionou chamar de pós-modernidade.

Na visão da estudiosa grega Eleftheria Pappa, a referida virada pós-colonial nas Ciências Humanas exige que o estudo da Antiguidade Clássica, e aqui incluímos a História Antiga, redima-se por ter sido usada pelo empreendimento colonial e imperialista na modernidade que chegava nas Américas, África e Ásia com “Tucídides e Sêneca debaixo do braço” (2020, p. 360). Este movimento ensejou questões que erodiram e acabaram por transformar a paisagem intelectual, até o ponto de podermos dizer que a História Antiga e, com isso, o seu ensino, foram postos em xeque.

O caso mais ilustrativo ocorrido em nosso país foram as extensas discussões, suscitadas a partir de 2015, quanto ao lugar, ou não, da História Antiga nos currículos da educação básica conforme prescrito pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC (MOERBECK, 2021; LEITE, 2020). As sucessivas versões deste documento acabaram causando intensos debates e, mesmo com uma aparente vitória por meio da reinclusão da História Antiga no currículo básico, os questionamentos quanto à sua adequação para uma educação compromissada com as necessidades do século XXI continuam acesos. Em meio às discussões, o

principal foco recai sobremaneira no âmbito da assim chamada Antiguidade Clássica. O foco destas se relaciona com a carga e os lastros que pesam sobre a Antiguidade Clássica ao iluminar-se a sua própria constituição enquanto fruto de um projeto colonialista e imperialista, perpassado pelo eurocentrismo e pelo orientalismo (DA SILVA, 2017, p. 4). Processo que veio desembocar na construção de uma noção de Antiguidade Clássica enquanto fundamentadora de uma identidade cultural ocidental (FUNARI & SILVA, p. 2) e da “ideia de pertencimento ou legado da Grécia e Roma Antigas” por um suposto Ocidente (BONFÁ, 2016, p. 13). Aquilo que Martin Bernal, em seu polêmico livro *Black Athena*, chama de o Modelo Ariano para a Grécia, que seria um produto recente, da primeira metade do século XIX, com a intenção de higienizar aquela que era vista como a “pura infância” da Europa ou como a “fonte” da civilização Ocidental (BERNAL, 1991, p. 2-4).

A noção de identidade com Grécia e Roma Antigas por parte de um Ocidente e, principalmente, de uma Europa deve ser criticada em paralelo ao questionamento que levantou o próprio Heródoto, o “pai da História”. Este é tomado de perplexidade (HERÓDOTO, *Histórias*, livro 4, capítulo 45) ao dar-se conta de que os três continentes de sua cosmologia, Europa, Ásia e Líbia, a atual África, apesar de constituírem uma e a mesma massa terrestre, possuem nomes diferentes e revela não ter conhecimento sobre quem teria estabelecido seus limites ou lhes dera seus nomes (HORDEN & PURCELL, 2000, p. 533-534). O mesmo teor de crítica é trazido à tona por Horden e Purcell como tendo saído do punho de um certo Otto von Bismarck, fundador do Império Alemão guilhermino e, portanto, insuspeito investidor do imperialismo europeu, o qual teria escrito em 1876 que “qualquer um que falar de Europa está errado”. Expondo, desta forma, de maneira consciente o caráter “vazio e arbitrário” da designação chamada Europa (2000, p.15-17). A dinâmica

que contribuiu em sua maior parte para moldar a identidade europeia e ocidental por meio da Antiguidade Clássica e dos “clássicos” teve um de seus passos mais importantes no período denominado de Renascimento. A própria gênese do termo expõe a intencionalidade de conectar-se com uma “herança antiga” perdida, a se contrapor com o mundo de sua própria época (SILVA, p. 99, 2007). Bonfá (2016, p. 14) cita François Hartog ao caracterizar o Renascimento não somente enquanto uma retomada da Antiguidade pela Europa Ocidental, mas sim o instauramento de uma nova relação com a Antiguidade. Com efeito, a própria “ideia da existência de uma História antiga”, que hoje discutimos, fora “desenvolvida por pensadores do Renascimento” (DEMANT *apud* GUARINELLO, 2003, p. 51). Disto podemos depreender uma característica intrinsecamente reacionária provinda da busca no passado de uma reivindicação inventada sobre este (SILVA, p. 99, 2007). Contendo em si uma compreensão cíclica da História, marcada pelo retorno de um suposto passado perdido (VALENCIA-GARCÍA, 2018, p. 15), esta é uma perspectiva comum tanto à ideia de Renascimento quanto a de ideologias autoritárias radicais de Extrema Direita – a serem retomadas adiante.

É fundamental discutir o modo como a própria História enquanto disciplina, e, portanto, a História Antiga, surgem coetâneas ao “processo de formação de identidade das nações europeias”. A emergência da ideia de um Estado-Nação se confunde com as origens e a concepção de História nascida em meados do século XIX, que a imbuí da intenção, mais ou menos explícita, de ser produtora de “memórias sociais” (BONFÁ, 2016, p. 25) para as nascentes identidades nacionais.

Evidenciamos, assim, que a forma como foram escritas as histórias das nações europeias contemporâneas permeia a perspectiva com que se escreveram as histórias de gregos, romanos, egípcios, mesopotâmios

etc. Conforme diz Norberto Guarinello em seu artigo sobre a *Morfologia da História*, todas as formas na História “produzem, ao mesmo tempo, memória e esquecimento, visibilidade e invisibilidade” (2003, p. 50). Dadas a artificialidade e a arbitrariedade ubíquias nos recortes, tal não é diferente com a História Antiga, sendo que a própria ideia que a ‘norteia’ representa justamente “uma visão europeia da História”. Logo, a História Antiga emerge em seu nascedouro como aspirante à uma universalidade, que, no entanto, é marcada por uma tremenda particularidade (GUARINELLO, 2003, p. 51) produto do etnocentrismo de sua sociedade de origem, que gestou ambições de tutela global.

Neste ponto do desenvolvimento histórico, devemos abandonar totalmente a presunção de considerar a História Antiga e, mais especificamente ainda, a Antiguidade Clássica, como um conteúdo universal e natural, disposto a uma missão moralizante que pretenda edificar o ser humano. Tal concepção míope de uma suposta História Universal, passa perigosamente próxima de desconsiderar as outras sociedades e culturas do mundo, por conta de sua inconsciência dos recortes arbitrários presentes em sua perspectiva. Guilherme Moerbeck aponta o risco de que o “conceito de universal” poderia “enfraquecer a alteridade” desejável no ensino de História Antiga ao lidar com “os movimentos minoritários, os grupos subalternos, as lutas de gênero e uma história vista de baixo” (2021, p. 60).

No contexto brasileiro, vislumbramos um aspecto essencial na vinculação do passado com o presente que perpassa a concepção de História Antiga e de Antiguidade Clássica enquanto articuladora de um processo de “ocidentalização”. Assim como em boa parte do planeta que passou pela dominação colonial, no Brasil, a História Antiga, foi partícipe de um “projeto consciente do Estado brasileiro e de nossas elites” com fins à construção de uma memória social e de uma

identidade que conectassem nosso país com a ideia de Ocidente (GUARINELLO, 2013, p. 7-8), principalmente por meio do contato com a Antiguidade Clássica.

Este projeto se torna mais evidente quando enfocamos sobre a História recente do país e em como a História Antiga ainda é tida nas universidades como portadora de uma “mácula” que se diz “quase indelével”. A razão está no fato desta ter sido priorizada sobre as outras áreas da História no percurso do último período ditatorial no Brasil como forma de esvaziá-la de reflexões sóciopolíticas e torná-la palatável ao cenário geopolítico. Deste modo, o período teria sido o responsável por ter criado, ou reforçado, a identificação entre a História Antiga e “a chamada Direita política do país” (CARVALHO & FUNARI, 2007, p. 14). Acrescenta-se a isto, o fato de que os estudos sobre a Antiguidade Clássica terem sido adotados durante muito tempo por nossas elites políticas e econômicas enquanto “sinais de distinção social” e de “capital cultural” e está legitimada a visão sobre a História Antiga enquanto uma área elitista da História (DA SILVA, 2017, p. 6).

Contudo, é importante notar que este processo tem um lastro presente na realidade e no cotidiano político a nível global. E aqui esboçaremos algumas das relações entre a Extrema Direita e a Antiguidade Clássica para que possamos colocar a questão do papel, ou do lugar, do ensino de História Antiga como possível de intervir neste processo.

É de suma importância ter em mente que o movimento político causador da maior e mais destrutiva guerra da História humana fez uso da simbologia legada pela Antiguidade Clássica na intenção clara de instrumentalizar o passado para a forja de uma identidade. Não é de forma alguma negligenciável o uso do *fascis*, proveniente da Roma

Antiga, ter sido utilizado pelo fascismo italiano ao ponto de vir a emprestar a terminologia que denominaria este movimento de extrema direita radical: o *fascismo*. Temos, assim, um movimento político típico do capitalismo, e em especial dos seus períodos de crise sistêmica, a utilizar elementos da Antiguidade Clássica enquanto legitimadores de sua ideologia ao aludir a uma pretendida retomada de valores supostamente perdidos, acionando uma concepção de História cíclica em oposição ao que se via como os representante de uma modernidade degenerada.

Para os fascistas italianos, comunistas e liberais, adoradores da modernidade herdada do Iluminismo, trabalhavam em conluio para enfraquecer os pilares que soerguiam a histórica e tradicional cultura herdada do Império Romano, por isso precisavam ser destruídos. (OLIVEIRA, 2022, p.134)

Vemos como a alusão a um símbolo da época da Roma Antiga é utilizado para reivindicar uma noção particular, apesar de prevalente, do Império Romano. Daí proveio os sonhos de Benito Mussolini de reconstituir o Império Romano sob sua própria égide e reivindicar o *Mare Nostrum* para a nação italiana. Ainda partindo da citação acima retomamos no ponto em que, por meio da criação de uma história alternativa, ou de uma “alt-history”, a Extrema Direita busca ser uma crítica à modernidade e golpear o próprio projeto legado pelo Iluminismo (VALENCIA-GARCÍA, 2020, p. 7), aquele no qual a razão ampliaria e melhoraria a vida dos seres humanos no mundo. Em outras palavras, podemos dizer que o uso do passado, de maneira “indevida”, ilustrado acima, atuou na “criação e consumo de uma narrativa” com vistas a estabelecer uma finalidade identitária (SILVA, FUNARI & GARRAFFONI, 2020, p. 45).

Os usos registrados da Antiguidade Clássica por grupos de Extrema Direita são prolíferos. Podemos verificá-los, agora quanto ao mundo grego clássico, por meio de uma colocação da própria boca de Hitler

ao se referir à Esparta como “O mais luminoso exemplo de Estado com base racial na história humana” (CANFORA, 2015, p. 57). O fascínio por Esparta não fica restrito somente ao líder do nazi-fascismo e a apropriação das imagens, em muito exageradas, do lâmbda presente nos escudos espartanos, e da própria Esparta do período clássico, pode ser verificada por grupos de Extrema Direita franceses. Grupos que parecem integralmente inconscientes da história *queer* dos antigos espartanos, conforme relata Valencia-García (2020, p. 3). Algo irônico, dado ser diametralmente oposto ao ideal “essencialista, racista, sexista, etnocêntrico, nacionalista e heteronormativo” que pretendem legitimar. Ideal este composto por noções muito mais próprias dos séculos XIX e XX e sua compreensão de “raça, classe, nação, gênero e sexualidade” (2020, p. 7) do que de quaisquer ressonâncias com as noções da Antiguidade Clássica.

O uso do mundo grego pela Extrema Direita ainda passa pela interpretação da Atenas em sua experiência democrática dos séculos V e IV a.C. Este é o caso dos teóricos liberais escravistas do Sul confederado, durante a Guerra Civil Americana, que buscavam justificar o convívio entre uma suposta democracia e a escravidão empregando como paralelo o modelo ateniense. A instrumentalização requentada da mesma Atenas ainda foi utilizada pelo regime de apartheid sul-africano (CANFORA, 2015, p. 57-8) com a finalidade de justificar sua restrição à cidadania para a maior parte da população com base na discriminação racial. Glaydson José da Silva, em seu artigo sobre a instrumentalidade da Antiguidade na França pela Extrema Direita (SILVA, 2007), demonstra o uso de paralelos entre as “invasões bárbaras” e as migrações contemporâneas em direção à Europa. As referidas “invasões bárbaras”, apesar do termo mais correto ser migrações, nesta visão, teriam sido as principais responsáveis por uma *decadência* do Império Romano.



Apontar como um risco a corrente leva de imigração para a Europa de sujeitos vindos de diversas partes do mundo, em sua maioria países que passaram pelo jugo da colonização europeia, tem o claro intuito de associar a mistura de povos com a decadência e a degeneração de valores que precederia a queda de uma civilização. Glaydson também menciona o uso da democracia grega e da sua exclusão dos *metecos* (estrangeiros) contra os estrangeiros na França, com a clara intenção de formular um argumento político para a exclusão do direito à cidadania (SILVA, 2007, p. 105).

Desenhadas deste modo, as experiências do mundo antigo clássico com gregos e romanos serviria como uma “testemunha dos fracassos e derrocadas das sociedades multiculturais”, sendo a imagem do destino do Império Romano o lugar-comum dos argumentos. Ainda no mesmo trecho, o autor cita o texto de um dos ideólogos da Extrema Direita francesa, no qual este faz uma previsão sombria quanto ao futuro do Brasil: em conjunto com a Índia, nosso país se tornaria foco de “explosões imprevisíveis”. Esta última expressão alude à possibilidade de uma guerra cultural e étnica armada pelo fato do país ter “a população mais mestiça do mundo” (SILVA, 2007, p. 114). Algo que muitos setores da Extrema Direita veem como um conflito inevitável e no qual muitos se engajam ativamente por acelerar sua eclosão (VALENCIA-GARCÍA, 2020, p. 5).

A Extrema Direita atual passa por uma reconfiguração que busca um distanciamento relativo dos modelos típicos da primeira metade do século XX, apesar de manter muitas de suas concepções praticamente intactas. A conexão deste campo político com o uso da internet e das redes sociais tem sido percebida cada vez mais, e a dinâmica própria das redes acaba por determinar que comportamentos radicais sejam cada vez mais reforçados e incentivados dentro da própria comunidade.

O mapeamento que tem sido feito da Extrema Direita no mundo expõe como no centro desta se encontra a assim chamada “*Alt-Right*” – nome provindo do termo *Alternative Right*, Direita Alternativa, que tem se mostrado como um “berço de diferentes formas de narrativas intolerantes” (BARCELLONA, 2022, p. 171). A *Alt-Right* demonstra constituir um amálgama de grupos de Extrema Direita para os quais o seu núcleo ideológico está no fato de “a civilização branca ocidental” estar sob ameaça. Há ainda a presença de uma miscelânea de outras crenças como o “*sex realism*” – o realismo sexual – na qual “homens e mulheres têm diferenças biológicas que os tornam propensos a diferentes papéis sociais” (HAYLEY *apud* BARCELLONA, 2022, p. 172). Esta última acaba por entrelaçar a *Alt-Right* com o que ficou conhecido como a *Machosfera*, ou *Manosfera* (*manosphere* em inglês e *androsfera* na língua espanhola), um termo utilizado para se referir a vários grupos online que avançam opiniões anti-feministas (BARCELLONA, 2022, p. 172).

Em meio a este universo, ainda no âmbito da *Machosfera*, temos a presença da comunidade *Incel* (termo vindo do inglês que significa “celibatário involuntário”). Este grupo congrega homens, jovens e adultos, que se sentem rejeitados pelo gênero feminino e, por conta disto, expressam sua frustração pela “abstinência sexual frustrada” por meio de uma visão de mundo que, efetivamente, desumaniza mulheres (BARCELLONA, 2022, p. 173-174).

Os dados mostram que indivíduos ligados a esta comunidade acabam não se restringindo somente aos grupos online e têm sido identificados cada vez mais pela prática de atentados terroristas, os infames ataques a escolas. Cada vez mais são constatados elementos que revelam a relação da comunidade *Incel* com distintos ataques feitos em escolas da América do Norte e dos Estados Unidos (BARCELLONA, 2022, 175-177).

No entanto, este movimento tem sido verificado cada vez mais no Brasil de uma maneira sinistramente não incipiente. Diversos textos da mídia (ALFANO, 2022; BERNARDO, 2021; VARGAS, 2020) apontam que os perpetradores de ataques em escolas infligidos dentro do nosso país tenham tido algum contato com a comunidade *Incel*, além de, quase sempre, acompanhados por indumentária ou simbologia associada ao nazi-fascismo - fato que torna a conexão com a Extrema Direita praticamente explícita por parte dos atacantes.

Evidentemente o despontar cada vez maior da Extrema Direita no país e no mundo não pode ser totalmente sanado pelo ensino de História Antiga. Ainda assim, acreditamos que a História Antiga possui uma responsabilidade singular em ser mais agudamente contundente em suas colocações e questionamentos, haja em vista ter sido utilizada pela Extrema Direita no seu universo simbólico.

Desejamos chamar atenção ao que Paulo Funari chamou de “um dos aspectos mais relevantes da História Antiga”, o dos “estudos das apropriações modernas da Antiguidade” (FUNARI apud BONFÁ, 2016, p. 16). Uma área de estudos ainda mais pauperizada quando enfocada sobre as apropriações feitas pela Extrema Direita da Antiguidade Clássica. O panorama pouco mudou desde que Glaydson José da Silva escreveu em 2007 que o uso da História do mundo antigo por grupos políticos de Extrema Direita dispunha de poucas produções científicas a seu respeito (SILVA, 2007, p. 99). Apesar de termos conhecimento de pelo menos um artigo que se debruçou sobre a apropriação de elementos medievais pela Extrema Direita no Brasil (COELHO & BELCHIOR, 2020), ao que saudamos a iniciativa, pesquisas sobre a relação entre a História Antiga e a Extrema Direita não foram encontradas durante a escrita deste artigo. O cenário político passou por um crescimento expressivo destes grupos desde que Silva escreveu seu texto e a quantidade de

organizações de Extrema Direita que chegaram ao poder neste meio tempo não é negligenciável - vide o caso brasileiro. Situação que com certeza multiplicou ainda mais os casos de apropriação da História Antiga e da Antiguidade Clássica por parte desta ideologia. Um dos exemplos mais célebre é o grupo *300 do Brasil*, em referência aos 300 de Esparta, que declarou ser, no breve momento em que ocupou os holofotes da mídia, “a primeira militância organizada de direita no país” (TEIXEIRA, 2020). Entre outros pontos, buscamos trazer neste artigo um apelo pelo estudo destas apropriações.

No âmbito do ensino de História e o seu lugar frente à paisagem que pintamos, concordamos com Valencia-García de que, a fim de avançar contra estas apropriações indevidas da História, e da História Antiga especificamente, deve-se não apenas apresentar uma versão “mais precisa da história” por meio do ensino, mas se faz necessário “evitar que a extrema direita a use enquanto ferramenta de recrutamento” (VALENCIA-GARCÍA, 2020, p. 19). E uma das principais formas de chegarmos a isso é apresentando “uma história pluralista de nações e povos [...] que claramente contradigam as narrativas da extrema direita” (VALENCIA-GARCÍA, 2020, p. 20).

Quanto à Antiguidade Clássica e da assim chamada Tradição Clássica, temos principalmente nesta última um chamariz à idolatria de uns e à repulsa de outros. A Tradição Clássica deve ser aptamente representada enquanto o que é, um conjunto de livros acumulados por mais de um milênio resultante da produção coletiva de sociedades e culturas que em tempos diversos recorreram e referenciaram umas às outras (GUARINELLO, 2003, p. 55). Não obstante a Tradição Clássica constituir em si uma “unidade real” (GUARINELLO, 2003, p. 57; WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, 2023, p. 35), o seu caráter plural e diverso deve ser sublinhado a fim de que sejam abandonadas suas pretensões

àquela suposta universalidade aduzida acima (GUARINELLO, 2003, p. 57-58; MOERBECK, 2021, p. 60). A Antiguidade Clássica e sua Tradição foram instrumentalizadas pela Europa e pelo “Ocidente”, contudo, não foram produtos destes e chegaram às mãos da Europa Ocidental depois de terem sido preservadas por muito tempo pelos bizantinos e árabes do Mediterrâneo Oriental. Sua presença nos currículos das potências imperialistas e coloniais não pode ser culpabilizada aos conteúdos em si mesmos, de forma que “a Antiguidade Clássica não pode ser reduzida a um instrumento das aspirações imperiais modernas”. Ressaltar e compreender a pluralidade cultural presente neste assunto é central para reformular a imagem que a Antiguidade Clássica tem nos países com passado colonial como o Brasil (PAPPA, 2020, p. 371).

Neste ponto, Pappa traz um questionamento premente, especificamente sobre a situação brasileira: “qual é a abordagem apropriada para o estudo da Antiguidade Clássica”, e aqui acrescentaríamos o escopo geral da História Antiga, “em um país que sofreu com a violência colonial em larga escala?” (PAPPA, 2020, p. 361).

A resposta a que chegamos é de que, justamente por conta deste passado, o estudo e o ensino de História Antiga no Brasil detém uma responsabilidade moral e devem se mostrar particularmente engajados nas disputas e problemáticas postas pelo tempo atual. A principal contribuição a que se pode atribuir ao estudo e ensino da Antiguidade Clássica está na importância de aprender sobre diferentes culturas por meio da História. Um bom exemplo desta prática no ensino de História Antiga é dado por Moerbeck que, ao trabalhar com o politeísmo da Grécia Antiga, demonstrou ser possível construir a tolerância frente às religiões Afro-Brasileiras junto a estudantes de uma comunidade pobre marcada pela presença do evangelismo radical na cidade do Rio de Janeiro (MOERBECK *apud* PAPPA, 2020, p. 389). Um processo que amplia

“a compreensão da riqueza cultural humana e valoriza nossa humanidade compartilhada” (PAPPA, 2020, p. 398). Uma demonstração do que “um conteúdo historicamente elitista pode fazer pelos ‘derrotados da história (colonial)’ no Brasil” (PAPPA, 2020, p. 362).

A forma como, em especial, a Antiguidade Clássica foi e tem sido fundamental nos “modos como se tem imaginado e manipulado o mundo” (BONFÁ, 2016, p. 20), formando as bases do que decidiu se referir como ‘civilização ocidental’ torna a área da História Antiga um campo em disputa. Neste sentido o ensino de História Antiga pode ter um aporte importante ao colaborar para a desnaturalização deste “processo de dominação” (LEITE & GURGEL, 2019, p. 35). De modo que,

o ensino crítico de História Antiga, antes de sufocar vozes invisibilizadas pelo uso ideológico de um passado distante e transcontinental, pode ajudar a pensar maneiras de se compreender problemas que dizem respeito aos países latino-americanos, às populações indígenas, entre tantos outros grupos sociais (MOERBECK, 2021, p. 62).

Da mesma forma, Silva ressalta que a Antiguidade, e o seu estudo, “tem sido percebida a serviço de uma certa lógica justificadora e legitimadora” de onde se deduzem “suas ligações com as questões identitárias nacionais, com os regimes autoritários, com o machismo e com práticas políticas e sociais de toda sorte”. A tempo, o autor relembra que “o estudo da Antiguidade Clássica não precisa reforçar preconceitos nem constituir-se em elemento de opressão” e ainda fala sobre a “necessidade dos historiadores, também do mundo antigo, de se inserirem no combate contra o racismo, o elitismo, a xenofobia [e] o discurso da desigualdade” (SILVA, 2007, p. 98-99).

Um prognóstico favorável ainda é pintado por Pappa ao afirmar que o Brasil tem a oferecer, dentro dos estudos da Antiguidade Clássica, um conjunto diferenciado de sensibilidades sócio-culturais que

decentram das narrativas eurocentradas sem cair na condescendência de um olhar colonial (PAPPA, 2020, p. 393). Uma das principais vantagens dos países do “Sul Global”, portanto, seria nossa compreensão latente de alteridade. Aqui as identidades múltiplas excluídas por muito tempo saltam aos olhos e pouco necessitam serem constantemente lembradas, conforme diz Pappa (2020, p. 394). Nossa direção deve ir, portanto, na exata contramão do que pretende o projeto da Extrema Direita e de suas apropriações indevidas da Antiguidade, que produz aquele mundo clássico branco como o mármore. O lugar do ensino de História Antiga é o de descascar esta película falseante e trazer à tona o colorido e, por vezes, a sujeira. Revelando aquilo que ficou célebre na expressão de Walter Benjamin ao expormos o reverso daquele “documento da cultura” (BENJAMIN *apud* LÖWY, 2005, p. 108).

Em uma quadra histórica de disputa pelas narrativas, onde a História corre o risco de ser utilizada cada vez mais para legitimar um mundo mais cruel e menos humano, se torna cada vez mais necessário reafirmar a importância do desenvolvimento da empatia e da alteridade enquanto uma identidade. Se a ideologia da Extrema Direita busca constituir identidades, por meio do uso da História Antiga, que a conectem com um mundo sonhado e desigual, é dever dos professores-historiadores engajarem-se na disputa por uma História Antiga que salve àqueles que sofreram no passado. Também podemos construir uma identidade que nos associe aos ideais de luta e resistência que o passado nos legou. A responsabilidade está em nossas mãos.

Articular o passado historicamente não significa conhecê-lo “tal como ele propriamente foi”. Significa apoderar-se de uma lembrança tal como ela lampeja num instante de perigo. [...] O perigo ameaça tanto o conteúdo dado da tradição quanto os seus destinatários. Para ambos o perigo é único e o mesmo: deixar-se transformar em instrumento da classe dominante. Em cada época é preciso tentar arrancar a transmissão da tradição ao conformismo que está na iminência de subjugar-la. [...] O

dom de atear ao passado a centelha da esperança pertence somente àquele historiador que está perpassado pela convicção de que também os mortos não estarão seguros diante do inimigo, se ele for vitorioso. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin,

Tese VI das teses "Sobre o conceito de história" (LÖWY, 2005, p. 65)

## Referências

ALFANO, Bruno. Ataques em escolas: iconografia extremista conecta atentados e mobiliza novos jovens radicalizados. **O Globo**, 4 dez. 2022.

Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/12/ataques-em-escolas-iconografia-extremista-conecta-atentados-e-mobiliza-novos-jovens-radicalizados.ghtml>.

BARCELONA, Marta. Incel violence as a new terrorism threat: A brief investigation between Alt-Right and Manosphere dimensions. **Sortuz: Oñati Journal of Emergent Socio-Legal Studies**, v. 11, n. 2, p. 170-186, 2022.

COELHO, Ana Lucia Santos; BELCHIOR, Ygor Klain. A extrema-direita brasileira e sua visão (ideológica) da cavalaria medieval. *In*: Bueno,

André; Birro, Renan; Boy, Renato (org.). **Ensino de História Medieval e História Pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sobre Ontens/UERJ, 2020, p. 11-18.

BERNAL, Martin. **Black Athena: the afroasiatic roots of classical civilization**. London, United Kingdom: Vintage Books, v. I, 1991.

BERNARDO, André. Massacre de Realengo: os 10 anos do ataque a escola que deixou 12 mortos e chocou o Brasil. **BBC News Brasil**, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56657419>.

BONFÁ, Douglas Cerdeira. Antiguidade, identidade e os usos do passado. **Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade**, v. 21, n. 30, p. 11-32, 2016.

CANFORA, Luciano. **O mundo de Atenas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



CARVALHO, Margarida Maria de; FUNARI, Pedro Paulo A. Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações. **História** (São Paulo), v. 26, p. 14-19, 2007.

DA SILVA, Uiran Gebara. Introdução ao Dossiê "História Antiga no Brasil: Ensino e Pesquisa": Uma Antiguidade Fora do Lugar?. *Mare Nostrum*, v. 8, n. 8, p. 1-12, 2017.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Filipe N. O CONCEITO DE ANTIGUIDADE CLÁSSICA E A CHAMADA 'IDENTIDADE CULTURAL OCIDENTAL'. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/66194998/O\\_conceito\\_de\\_antiguidade\\_classica.pdf](https://www.academia.edu/download/66194998/O_conceito_de_antiguidade_classica.pdf).

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. **Politeia-História e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2003.

HERODOTUS. **The landmark Herodotus: the Histories**. Translated by Andrea L. Purvis. United States of America: Anchor Books, 2007.

HORDEN, Peregrine; PURCELL, Nicholas. **The corrupting sea: a study of Mediterranean history**. Oxford, United Kingdom: Blackwell Publishing, 2000.

LEITE, Priscilla Gontijo. O ensino de História Antiga no Brasil: percepções a partir das propostas da BNCC. In: NETO, JMG DE S.; MOERBECK, G.; BIRRO, R. M. **Antigas Leituras: ensino de História**. Recife/Rio de Janeiro: EDUPE/Autografia, p. 93-113, 2020.

LEITE, Priscilla Gontijo; GURGEL, Victor Braga. "Apropriações da Tradição Clássica no Brasil e o Ensino de História Antiga". In: BUENO, A.; ESTACHESKI, D.; CREMA, E.; ZARBATO, J. (Orgs.). **Aprendendo História: Ensino**. União da Vitória: Sobre Ontens, 2019, p. 26 – 38.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant, Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOERBECK, Guilherme Gomes. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do

passado e pedagogia decolonial. **Brathair-Revista de estudos celtas e germânicos**, v. 21, n. 1, p. 50-91, 2021.

OLIVEIRA, Pedro Carvalho. Dos Protocolos dos Sábios de Sião ao Q-Anon: a renovação do discurso conspiracionista na extrema-direita contemporânea. **Intellèctus**, v. 21, n. 1, p. 133-155, 2022.

PAPPA, Eleftheria. Tropicalismo in Classics. Contemporary Brazilian Approaches to the Value of Classical Antiquity in Higher Education: Between Colonial Legacy and Post-Colonial Thinking. **Journal for Critical Education Policy Studies** (JCEPS), v. 18, n. 2, 2020.

TEIXEIRA, Lucas Borges. O que é 300 do Brasil, grupo liderado por Sarah Winter. **Portal UOL**, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/06/15/o-que-e-300-do-brasil-grupo-de-extrema-direita-liderado-por-sara-winter.htm#:~:text=Com%20uma%20faixa%20%22300%20do,de%20Juventude%2C%20Mulheres%20e%20Crian%C3%A7as.>

SILVA, Glaydson José da. O mundo antigo visto por lentes contemporâneas: as extremas direitas na França nas décadas de 1980 e 90, ou da instrumentalidade da Antigüidade. **História** (São Paulo), v. 26, p. 98-118, 2007.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI, Pedro Paulo; GARRAFFONI, Renata Senna. Recepções da Antigüidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 40, p. 43-66, 2020.

VALENCIA-GARCÍA, Louie Dean. Far-right revisionism and the end of history. In: **Far-right revisionism and the end of history**. Routledge, 2020. p. 3-26.

VARGAS, André. Um ano após ataque em escola em Suzano, túmulo de assassino recebe visitas de admiradores. **BBC News Brasil**, 13 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51880555>.

VLASSOPOULOS, Kostas. Marxism and ancient history. **How to do things with history: new approaches to ancient Greece**. Oxford University Press, Oxford, p. 209-235, 2018.

WILAMOWITZ-MOELLENDORFF, Ulrich von. **História da Filologia**. Tradução e notas de Thiago Mendes Venturott. 1. ed. Araçoiaba da Serra, SP: Editora Mnēma, 2023.